

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM DESENVOLVIMENTO RURAL -
PLAGEDER**

ROBERTO BÜHLER

**INFLUÊNCIA DA PLURIATIVIDADE NA RENDA DOS AGRICULTORES
FAMILIARES DE CARAÁ CENTRAL**

SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA

2013

ROBERTO BÜHLER

**INFLUÊNCIA DA PLURIATIVIDADE NA RENDA DOS AGRICULTORES
FAMILIARES DE CARAÁ CENTRAL**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação Tecnológica em Desenvolvimento Rural - PLAGEDER, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Desenvolvimento Rural.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Antônio Conterato
Coorientador: Tutora Ariane Fernandes da Conceição

SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA

2013

ROBERTO BÜHLER

**INFLUÊNCIA DA PLURIATIVIDADE NA RENDA DOS AGRICULTORES
FAMILIARES DE CARAÁ CENTRAL**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação Tecnológica em Desenvolvimento Rural - PLAGEDER, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Desenvolvimento Rural.

Aprovado com Conceito (A)

Prof. Dr. Marcelo Antônio Conterato
Orientador
UFRGS

Prof. Guilherme Francisco W. Radomsky
UFRGS

Prof(a). Dr(a) Alessandra Matte
Instituição
Santo Antônio da Patrulha, 17 de julho de 2013.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiro a Deus que sempre esteve ao meu lado, à minha família e em especial ao meu filho Guilherme, pois foi graças a sua paciência e entendimento da necessidade dos meus estudos que pude ter certeza desta conquista.

Agradeço também aos professores, tutores e, em especial, a tutora presencial Sônia, que sempre esteve ao meu lado com toda sua paciência e experiência e a tutora a distância Ariane, que nos momentos finais deste estudo teve paciência e competência em suas sabias e decisivas orientações.

E jamais esquecendo, ao poder público por proporcionar condições para que pessoas assim como eu, pudessem ter a oportunidade de estudar em uma grande Universidade como UFRGS.

E por último e não menos importante, a todos meus colegas e amigos que sempre estiveram ao meu lado, dando apoio e incentivo, para jamais desistir deste grande sonho, concluir com êxito esta formação, Tecnólogo para o Desenvolvimento Rural.

Obrigado a todos.

DEDICATÓRIA

Dedico este momento em especial meu filho pelas horas sem minha presença, a toda minha família, por jamais terem me abandonado; Deus, por sempre ser a luz no final do túnel; e a mim, pela perseverança.

RESUMO

Este estudo procurou apresentar as influências provocadas pelo fenômeno da pluriatividade na renda dos agricultores familiares de Caraá Central. Pluriatividade são estratégias sociais de ocupação agrícola e não-agrícola, que a força de trabalho de um estabelecimento agropecuário se utiliza para complementação de sua renda. A metodologia utilizada foi à pesquisa bibliográfica, consulta a dados secundários e pesquisa de campo. A partir da análise das entrevistas foi possível inferir que há um predomínio do gênero masculino na gestão dos estabelecimentos agropecuários com nível de instrução nas quatro primeiras séries do Ensino Fundamental. A produção agropecuária de milho, feijão, batata-doce, aipim, cana-de-açúcar, tabaco, silvicultura e criação de bovino de corte e recria, é a principal fonte de renda. A criação de pequenos animais, os hortifrutigranjeiros, ovos, leites e seus derivados para o autoconsumo. As atividades não-agrícolas exercidas fora do estabelecimento são predominantemente do setor terciário-serviço. Os estabelecimentos possuem área média de um módulo fiscal-RS. Do estudo resultou que as famílias de Caraá Central têm a pluriatividade como complementação renda e que são os jovens os principais envolvidos nesta prática.

PALAVRAS-CHAVE: Agricultura Familiar, Atividade Agrícola, Atividade Não-agrícola, Pluriatividade.

ABSTRACT

This study sought to present the influences caused by the phenomenon of pluri-income family farmers in Central Caraá. Pluriactivity social strategies are occupying agricultural and non-agricultural labor force that an agricultural establishment is used to supplement your income. The methodology used was the literature search, consultation with secondary data and field research. From the analysis of the interviews it was possible to infer that there is a predominance of males in the management of farms with level of education in the first four grades of elementary school. The agricultural production of corn, beans, sweet potato, cassava, sugar cane, tobacco, forestry and beef cattle breeding and rearing, is the main source of income. The creation of small animals, fresh produce, eggs, milk and its derivatives for self. The non-agricultural activities carried on outside the establishment are predominantly tertiary-service. The stores have an average area of a module tax-RS. Study resulted in families Caraá Central has pluriactivity as complementing income and young people who are key stakeholders in this practice.

Key words: Family Farmers, Activity Agricultural Activity Non-agricultural Pluriactivity.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Produção Agropecuária e PIB do município de Caraá	27
Tabela 2 – Número de estabelecimentos, onde pessoas que exercem atividade fora do estabelecimento agropecuário no Brasil, RS e Caraá	28
Tabela 3 - Estabelecimentos onde houve atividade não-agrícola remunerada do Brasil, RS e Caraá.....	30
Tabela 4 – Número de estabelecimentos agropecuários em que o produtor declarou ter atividade fora do estabelecimento por gênero e nível de instrução no Brasil, RS e Caraá	31
Tabela 5- Idade do gestor e grau de instrução das pessoas do estabelecimento agropecuário	37
Tabela 6 - Nº de aposentados, tipo de produção e atividade exercida fora do estabelecimento agropecuário	41

LISTA DE SIGLAS

DRP	Diagnóstico Rápido Participativo;
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural;
FAO	Food and Agriculture Organization,
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária;
PIB	Produto Interno Bruto,
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar;
RS	Rio Grande do Sul.
SAPC	Secretaria de Administração e Planejamento de Caraá;
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul;
UPA	Unidade de Produção Agrícola;

SUMÁRIO

Introdução	10
CAPÍTULO 1 - Agricultura Familiar e Pluriatividade	13
1.1. Agricultura familiar	13
1.2. A pluriatividade e a composição da renda das famílias rurais.....	17
CAPÍTULO 2 – Caracterização do município de Caraá	22
CAPÍTULO 3 – Comparativo entre os dados de pluriatividade do Brasil, Rio Grande do Sul e Caraá	28
CAPÍTULO 4 – Resultados e Discussões.....	34
4.1. A localidade de Caraá Central	34
4.2. Características dos entrevistados	35
4.3. O estabelecimento rural	36
4.4. Composições da família.....	37
4.5. O trabalho e a divisão social do trabalho	39
4.6. Composição da renda	40
Considerações Finais	45
Referências Bibliográficas	47
Apêndice A	52
Anexos.....	55

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos a agricultura familiar brasileira vem se consolidando em um processo de reestruturação no meio rural, com a diversificação da mão-de-obra dentro e fora do estabelecimento rural, alterando assim as estratégias de produção. Nota-se uma tendência pela pluriatividade no meio rural brasileiro, uma migração nas estratégias de conseguir melhores rendas, através das atividades não-agrícolas dentro e fora do estabelecimento agropecuário e, esta tendência é observada em todo mundo.

No Rio Grande do Sul, isto não é diferente, pois os estabelecimentos rurais estão se adequando a esta nova tendência brasileira e mundial chamada de pluriatividade. Esta combinação de atividades agrícolas e não agrícolas vêm se mostrando como um novo caminho para o aumento de renda dos agricultores familiares, fato que poderá contribuir para a permanência destas famílias no meio rural.

Este estudo de caso foi realizado na localidade de Caraá Central, município de Caraá, litoral norte do Estado do Rio Grande do Sul. Tendo como municípios limitantes Osório a Leste, Santo Antônio da Patrulha a Sul, Riozinho a Oeste e Maquiné a Norte, sua extensão territorial, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é de 294,323 Km², e sua população é de 7.312 habitantes. Ainda segundo o IBGE (2010), esta população de 7.312 habitantes está distribuída no território como sendo uma população urbana constituída de 1.058 habitantes e a rural com 6.254 habitantes.

Quanto ao gênero a população de Caraá, tem-se que a população masculina é constituída por 3.798 homens, sendo que destes 511 residem no espaço urbano e 3.287 no rural. A população de mulheres segundo o referido Censo Demográfico é de 3.514, mas destas 547 declaram residir no espaço urbano e 2.967 no espaço rural. Novamente observa-se que a maioria das mulheres 84,4%, assim como 86,54% dos homens, reside no meio rural.

Segundo dados fornecidos pela Secretaria de Administração e Planejamento de Caraá (SAPC), o cotidiano das famílias, nestes últimos anos, vêm sofrendo alterações quanto à ocupação de seus membros. Neste cenário, é comum um ou mais membros da família trabalhar em atividades consideradas não-agrícolas, como serviço público, serviços gerais, pedreiro e, além disso, um número significativo vem se ocupando nos ateliês de calçado.

O município de Caraá vem registrando nos últimos anos um crescimento significativo no número de ateliês de calçados, tanto em sua área urbana como na rural. Segundo dados da Secretária de Administração e Planejamento de Caraá (SAPC), existem hoje no município 12 fábricas de acabamento de calçados, 19 Ateliês de calçados e 05 fábricas de calçados, estas declaradas oficialmente, sem considerar as que operam de forma irregular ou clandestina.

Diante desta realidade alguns questionamentos surgiram, dando origem a este estudo, e tentando responder a questão sobre qual a influência do trabalho não-agrícola na renda dos agricultores familiares de Caraá Central.

A realização deste estudo justifica-se devido ao fato de que nos últimos anos, vem se observando um grande número de agricultores exercendo atividades fora do seu estabelecimento agropecuário. Fato que pode ser constatado nos resultados do Censo Agropecuário (2006). Segundo o Censo, em Caraá existem 1.493 estabelecimentos agropecuários, e destes, 303 o gestor declarou exercer atividade remunerada fora do seu estabelecimento, e em 405 algum outro membro da família declarou exercer atividades remunerada fora do estabelecimento rural.

Nesse sentido, pode-se observar que um dos setores que mais absorve esta força de trabalho na localidade é o de serviços. Assim, a pluriatividade no meio rural, vem alterando de alguma maneira a vida de muitas famílias, que passaram a se readaptar a uma rotina de trabalho totalmente diferente da exercida nas propriedades rurais.

Caraá Central é uma localidade rural, distante cinco quilômetros do centro administrativo do município. Segundo dados da EMATER (2012), esta localidade é constituída de aproximadamente 152 famílias. Porém, segundo dados extraoficiais fornecidos pela EMATER (2012), a partir do Diagnóstico Rápido Participativo¹, apenas 50 declararam-se agricultores familiares, mas sua grande maioria não possui a agricultura como única fonte de renda.

Diante desta constatação, o objetivo geral deste estudo é analisar a influência da pluriatividade na renda dos agricultores familiares de Caraá Central. Já seus objetivos específicos são: descrever o perfil das famílias de agricultores da localidade de Caraá Central; identificar como se dá a divisão social do trabalho entre os membros das famílias dos agricultores familiares e, por fim, identificar os elementos que compõem a renda familiar e as suas influências no grupo em estudo.

¹ DRP- Diagnóstico Rápido Participativo- Instrumento de pesquisa participativa, realizado no primeiro semestre de 2012 na localidade de Caraá Central pela EMATER, Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Secretaria Municipal da Agricultura.

Com os objetivos pré-estabelecidos foi possível classificar esta pesquisa, segundo a sua natureza, de pesquisa do tipo básica e explicativa, porque conforme Silveira e Córdova (2009, p.34-35), este tipo de pesquisa ocupa-se com a identificação dos fatores que determinam ou contribuem para explicar o porquê das coisas, ou seja, qual a influência da pluriatividade na renda das famílias em estudo.

Este estudo foi desenvolvido através de pesquisa bibliográfica, pesquisa eletrônica em sites oficiais e pesquisa de campo, evidenciando dados, e com isto, explicando a influência da pluriatividade na renda dos agricultores familiares da localidade de Caraá Central.

Os dados foram coletados através de consulta aos arquivos da Secretaria de Agricultura do Município de Caraá, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Caraá, Censo Agropecuário (2006), Censo Demográfico (2010). Para verificar de forma mais incisiva a questão da pluriatividade na região de Caraá Central, foram realizadas entrevista com 10 famílias de agricultores familiares da localidade, que foram selecionadas a partir de um sorteio aleatório entre as 50 a famílias listadas no Diagnóstico Rápido Participativo.

As entrevistas foram feitas através de questionário com questões semiestruturadas, sendo um misto de elementos quantitativo e qualitativo. As questões abordavam temas como tamanho da propriedade, perfil do gestor, divisão do trabalho, composição da renda, e atividades desenvolvidas dentro e ou fora do estabelecimento agropecuário. A aplicação dos questionários se deu através de visitas às referidas residências.

A análise dos dados coletados se deu através de uma abordagem qualitativa com relação a conteúdos e texto, e quantitativa com relação aos dados sobre divisão social do trabalho dos membros das famílias dos agricultores, bem como dos dados do Censo agropecuário 2006 e Censo Demográfico 2010, da Secretaria de Agricultura e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Caraá com relação ao número de propriedades rurais e produção agrícola local.

O estudo está organizado em quatro capítulos. O primeiro capítulo aborda a parte conceitual sobre agricultura familiar, pluriatividade e desenvolvimento rural. No segundo apresenta a base de dados secundários do município de Caraá. O terceiro trata dos dados do Censo Agropecuário (2006) do Brasil, RS e do Caraá. O quarto capítulo apresenta os resultados da pesquisa de campo, e, por fim, o último capítulo traz as considerações finais do estudo.

CAPÍTULO 1 - AGRICULTURA FAMILIAR E PLURIATIVIDADE

Este capítulo traz alguns conceitos e discussões sobre agricultura familiar e pluriatividade, tendo como base os autores Abramovay, Schneider, Stoffel, Wanderley, Anjos, Niederle, Guazioli e Cardim, além de trabalhos do INCRA e FAO e Lei número N° 11.326, 2006.

Para a grande maioria destes autores, a agricultura familiar está diretamente ligada ao campesinato, ou pequeno produtor, como eram chamados antes do surgimento do termo agricultura familiar. Estes autores entendem que agricultura familiar está ligada a uma propriedade onde, tanto as tarefas quanto a renda, advém dos seus integrantes familiares ali residentes. Isto significa que a força de trabalho e a renda devam ser, em sua maioria, da própria propriedade e não externa a ela. Entre estas discussões, surge o termo pluriatividade, ligado a expressão agricultura familiar. O conceito de pluriatividade resume parte destas discussões no trabalho realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2012, p. 22), que define como sendo a combinação de, e a interação entre, atividades agrícolas, para-agrícolas e não-agrícolas gera pluriatividade, que tende a ser mais intensa à medida que mais complexas sejam as relações entre os agricultores e o ambiente social e econômico em que estejam inseridos.

Para alguns destes autores, a pluriatividade busca formas de suprir as necessidades, garantindo assim, a continuidade das famílias pertencentes à agricultura familiar. E, segundo Anjos (2003), sobre pluriatividade, pode-se afirmar que a maioria dos estabelecimentos rurais familiares, já são pluriativos, porque pelo menos um de seus membros exerce alguma atividade, que não a agrícola.

1.1. Agricultura familiar

A expressão agricultura familiar no Brasil tem sua consolidação, embora já discutida antes por vários pensadores, vinculada a dois eventos ocorridos na década de 1990. O primeiro na área político social, ligados principalmente aos movimentos sociais do campo, liderados pelo sindicalismo rural. O segundo evento foi na área política, com a criação em 1996, do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar-PRONAF (Schneider, 2001).

Maia (2009) também concorda que o termo agricultura familiar é um conceito que está há tempos em estudo, mas ainda sem consenso. Para Maia (2009, P. 79) agricultura familiar, –não é, portanto, propriamente um termo novo, mas, após sua adoção recente no Brasil, com ampla utilização nos meios acadêmicos, nas políticas de governo e nos movimentos sociais, vem adquirindo novas significações.

Se o termo agricultura familiar vem sendo construído pelos movimentos sociais, a contribuição das instituições políticas vem sendo tímida, pois apenas cedem a pressões destas reivindicações, quando na verdade poderiam agregar novos parâmetros a esta discussão. Observa-se nesta discussão também que há muito a ser percorrido até se chegar a um consenso com relação a este conceito, evitando assim seu uso de maneira a satisfazer os interesses, tanto dos movimentos sociais quanto políticos.

Fernandes (2002, p. 4) é um defensor do camponês, e observa em seu trabalho que agricultura familiar não pode ser considerada o novo e camponês o ultrapassado. Embora observe que outros autores tratem assim o camponês, ele defende a ideia de que –para que os camponeses continuem sendo produtores familiares não está na integração ao mercado, mas sim na luta política contra o capital.

Maia (2009) acrescenta mais um ponto de divergência nesta discussão sobre o termo agricultura familiar tratado por vários dos autores aqui citados, ao dizer que,

A expressão agricultor familiar, cujo uso se difundiu principalmente a partir da década de 1990, em substituição ao conceito de camponês, típico da década de 1960, possibilita homogeneizar diversas situações sob um mesmo aporte conceitual teórico-empírico. O camponês, relacionado à falta de acesso à terra, era contrastado com o latifundiário, numa situação que traduzia a politização agrária no período. Atualmente, a dicotomia se estabelece entre o agricultor familiar e a agricultura empresarial, variando conforme o tipo de mão de obra utilizada e a gestão do estabelecimento. (MAIA, 2009, p.92-93)

Como podemos observar, Maia (2009) é um destes autores que nomeia atributos a mudança de camponês para agricultor familiar, assim Fernandes (2002) lembra que este modo de classificação é usado não só por Maia, mas por outros autores,

Em uma leitura atenta dos trabalhos acadêmicos, pode-se observar que os pesquisadores, que utilizam o conceito de agricultura familiar com consistência teórica, não usam o conceito de camponês. Já os pesquisadores que usam o conceito de camponês, podem chamá-los de agricultores familiares, não como conceito, mas como condição de organização do trabalho. Da mesma forma, ao se trabalhar com o conceito de camponês,

pode-se utilizar as palavras: pequeno produtor e pequeno agricultor. Todavia, como existem muitos trabalhos que utilizam essas palavras como equivalentes do conceito de agricultura familiar, é necessário demarcar bem o território teórico. (FERNANDES, 2002, P. 3)

Cabe ainda considerar que autores como Abramovay (1997) também assume que, –esta expressão foi usada indiscriminadamente com sentido de –pequeno produtor e às vezes até como –agricultor de subsistencial, para só agora assumir uma denominação mais consensual.

Para Abramovay (1997), as mudanças tomaram um rumo teórico-intelectual, após a exaustão das discussões sobre –pequena produção, começando-se uma intensificação nas pesquisas sobre agricultura familiar, ela tende a não ficar presa a normatização sobre o termo agricultura familiar, indo além deste breve conceito legal estipulado pela Lei (Lei nº 11.326, 2006). Stoffel (2011), em sua pesquisa relata a grande dificuldade sobre um consenso no que diz respeito ao termo agricultura familiar. Contudo, conceitua agricultura familiar

[...] como sendo aquela na qual a mão de obra utilizada é predominantemente da família, onde a gestão do estabelecimento é feita pelo proprietário em conjunto com sua família, sendo a disponibilidade de terras e capital limitada aos recursos que o grupo familiar dispõe e onde a renda é obtida a partir das atividades agropecuárias com as quais o mesmo se ocupa. (STOFFEL, 2011, p.2)

Já Wanderley (1996) coloca que o campesinato está ligado ao termo camponês, que por sua vez também se funda em –propriedade, trabalho e família, e por ela intitulado de –formas sociais de agricultura familiar. Relata ainda que embora recente o termo agricultura familiar, já carrega consigo os velhos problemas e, mesmo sendo responsável por mais de 70% dos estabelecimentos agropecuários do Brasil, para conseguir alguma melhoria, precisa passar por dificuldades e muito esforço próprio. Segundo esta autora agricultura familiar é

[...] entendida como aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo. É importante insistir que este caráter familiar não é um mero detalhe superficial e descritivo: o fato de uma estrutura produtiva associar família-produção- trabalho tem consequências fundamentais para a forma como ela age econômica e socialmente. (WANDERLEY, 1996, p. 2)

Também segundo Tinoco, citando Guanziroli e Cardim (2000), o conceito de agricultura familiar pode ser compreendido a partir da descrição do termo agricultores familiares. Para estes

autores a agricultura familiar está associada a um tripé que reúne: gestão/força de trabalho/área. Os dois primeiros são fatores internos, por isto, dependem dos indivíduos do próprio estabelecimento, já o terceiro é considerado externo, pois é determinado por Lei.

[...] aqueles que reúnem as seguintes condições: a direção dos trabalhos no estabelecimento é exercida pelo produtor e família; a mão-de-obra familiar é superior ao trabalho contratado, a área da propriedade está dentro de um limite estabelecido para cada região do país (no caso da região sudeste, a área máxima por estabelecimento familiar foi de 384 ha.). (GUAZIROLI e CARDIM, 2000, apud TINOCO, 2008).

Schneider (2001) entende que a pluriatividade, em alguns casos, dá estrutura para a agricultura familiar sobreviver e se sobressair diante os atuais meios capitalistas que estão sucumbindo com muitos dos estabelecimentos agropecuários. Mas, Schneider (2001) lembra que na agricultura, embora muitos inventos de alta tecnologia, ainda o fator natural ligado a clima, solo, ou equilíbrio do ecossistema, originam uma limitação no desenvolvimento em escala e de rápido retorno, gerando assim uma possibilidade para a agricultura familiar, pois as mesmas conseguem se adaptar a ganhos inferiores e tempos maiores os grandes condomínios rurais.

Atualmente, a expressão agricultura familiar também é definida pela Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, mais especificamente no artigo 3º. Observa-se que o termo vem ao lado da expressão –empreendedor familiar rural¹¹ e que ambos possuem os mesmo requisitos. Para a referida Lei em seu Art. 3º –[...] considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos¹², não pode possuir uma área superior há 72 ha, ou seja, 4 módulos fiscais, estabelecido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA RS em 18 ha cada.

Outra exigência estipulada na Lei é que –utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento¹³, sendo assim, para não perder sua qualificação de agricultor familiar, deverá utilizar-se da força de trabalho oriunda do próprio estabelecimento rural. A Lei ainda deixa claro que a renda da família seja obtida através de atividades econômicas advindas do próprio estabelecimento rural e que o mesmo seja gerido por um de seus integrantes.

Percebe-se que o conceito de agricultura familiar ainda está em construção, apesar do debate destas últimas décadas. Para este estudo o conceito trabalhado é o da Lei nº 11.326, de 24

de julho de 2006, porque, em minha opinião, reúne vários elementos apresentados pelos autores em questão.

Segundo informações extraídas do Diagnóstico Rápido Participativo-DRP/2012, a localidade de Caraá Central tem 152 famílias. De acordo com o conceito de agricultura familiar adotado para este estudo, isto é, o da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, deste universo de 152, apenas 50 enquadram-se como agricultores familiares, ou seja, atendem os pré-requisitos da Lei.

É importante trazer novamente Wanderley (2000) que faz uma discussão sobre o modo de ocupação do espaço rural, colocando em evidência a importância de se considerar os vários aspectos e complexidade desta ocupação, tanto no meio interno, dentro da própria família, quanto no meio externo, junto à sociedade como um todo.

O espaço rural é socialmente construído pelos seus habitantes, em função das relações fundadas nos laços de parentesco e de vizinhança, e isto tanto ao nível da vida cotidiana quanto do ritmo dos acontecimentos que determinam os ciclos da vida familiar, tais como nascimentos, casamentos e mortes e, ainda, no que se refere ao calendário das manifestações de ordem cultural e religiosa. Este é, fundamentalmente, o "lugar" da família, centrado em torno do patrimônio familiar, elemento de referência e de convergência, mesmo quando a família é pluriativa e seus membros vivem em locais diferentes. (WANDERLEY, 2000)

A autora define de forma clara e simples o ambiente familiar, ambiente este que dá origem pela sua estrutura aos estabelecimentos agropecuários familiares, mas observa também que a base da família é o local onde tem seus familiares estão residindo, trazendo uma divergência quando alguns de seus membros saem em busca de trabalho. Segundo ela, família rural mesmo sendo pluriativa para não perder as características de agricultores familiares precisa permanecer em -torno do patrimônio familiar.

1.2. A pluriatividade e a composição da renda das famílias rurais

A pluriatividade é uma temática recente, segundo Schneider (2001) ela tomou força na segunda metade da década de 1990. Para ele é importante à retomada desta discussão junto aos

pesquisadores, pois com a pluriatividade agregam-se assuntos como a: –temática ambiental e da sustentabilidade e assiste-se o crescente interesse dos estudiosos por novos temas como a agricultura familiar, a conformação dos mercados de trabalho e a dinâmica ocupacional da população rural (Schneider, 2001, p. 4).

Outro ponto destacado por Schneider (2006) é que está havendo uma mudança na agricultura e no próprio meio rural com a pluriatividade. Esta situação vem provocando,

[...] um interesse crescente dos estudiosos do desenvolvimento rural pela pluriatividade, que constitui-se na combinação da ocupação agrícola com outras não-agrícolas por pessoas que residem no meio rural e pertencem a uma mesma família. Portanto, trata-se de famílias que acabam se tornando pluri ocupadas em razão da diversidade de atividades praticadas pelos membros que as compõem. (SCHNEIDER et al., 2006, P.4)

Nascimento (2007, p.453) atribui o início da pluriatividade a União Europeia (UE), e que neste continente tem o reconhecimento do meio político e econômico. Isto se justifica pelo, –crescimento da pluriatividade é, a nosso juízo, claramente o resultado de uma *construção política*”, porém lembra que isto é diferente no Brasil, onde sua importância se resume basicamente a alguns pesquisadores.

Com a constatação de Nascimento (2007) de que os meios políticos e econômicos brasileiros estão ainda aquém ao fenômeno da pluriatividade, resta tentar entendê-la melhor. Neste sentido temos Schneider e Conterato (2006, p.2) afirmando que

Busca-se indicar em que medida a combinação das atividades agrícolas e não-agrícolas por parte das famílias rurais poderia ajudar na solução de problemas corriqueiros que afetam as populações rurais tais como a instabilidade e sazonalidade das rendas, a geração de emprego no meio rural, a redução dos fluxos migratórios, entre outros.

Porém, abordar a dinâmica de trabalho das famílias dos agricultores nestes últimos anos requer pensar que se trata de um fenômeno complexo que está associado a formas de compor a renda. Hoje não se pode falar de trabalho dissociado da geração de renda.

Segundo Schneider (2005, p.6), –as novas funções do espaço rural, o autor destaca o papel do consumo de bens materiais e simbólicos (propriedades, festas, folclore, gastronomia, por exemplo) e serviços (eco-turismo, atividades ligadas a preservação ambiental, etc.)|. Além disso, é importante acrescentar que esse espaço passa a ser também um importante centro consumidor,

não só de bens materiais e serviços, mas também de lazer e cultura. Este novo cenário impulsiona os membros das famílias a buscarem novas formas de aumentar a renda. Estas novas formas nem sempre são de atividades somente agrícolas, mas sim, segundo Schneider (2005, p.10) –pela combinação das múltiplas inserções ocupacionais, agrícolas e não agrícolas, denominada de pluriatividade. Schneider (2001, p.04) ainda coloca que,

Pluriatividade é entendida como uma estratégia de reprodução social da qual se utilizam as unidades agrícolas que operam fundamentalmente com base no trabalho da família, em contextos onde sua integração à divisão social do trabalho não decorre exclusivamente dos resultados da produção agrícola, mas, sobretudo, através do recurso às atividades não-agrícolas e mediante a articulação com o mercado de trabalho.

Nesta linha também escreve Anjos (2003, p.27) que a pluriatividade de um lado está associada ao:

[...] processo de industrialização regional e com a crescente unificação do mercado de trabalho urbano e rural, e, de outro, com o mecanismo de adaptação das explorações familiares diante das crescentes dificuldades de reproduzirem-se no marco estrito e exclusivo das atividades agrícolas e das rendas que esta lhe permite obter.

Nascimento (2012) argumenta em seu estudo as varias formas pelas quais diversos autores dão sua visão e conceito sobre pluriatividade, com isto ele demonstra novamente que o que se diz ou pensa sobre este tema ainda esta longe de ser um consenso. No entanto em seu estudo NASCIMENTO (2012, p.2) coloca que a maioria dos autores seguem duas principais vertentes, –uma que prioriza a simples ação do urbano sobre o rural e a outra que trata do assunto como uma manifestação específica do agricultor familiar, que tenta preservar suas raízes e seu modo de vida em um contexto repleto de transformações.

Este novo arranjo das famílias, pode ser mais bem compreendido, a partir da leitura de Anjos (2003), que no já citado artigo destaca os conceitos de famílias agrícolas, famílias não-agrícolas e famílias pluriativas.

As famílias agrícolas são aquelas em que todas as pessoas da família extensa estavam exclusivamente ocupadas em atividades agropecuárias [...] tendo em conta não só a ocupação principal como as ocupações secundárias de seus membros. As famílias –não-agrícolas representam a situação diametralmente oposta. [...] famílias –pluriativas são aquelas em que ao menos um dos membros ativos da família extensa declarou haver

exercido atividades não-agrícolas, seja enquanto atividade principal, seja enquanto atividade secundária. (ANJOS, 2003, p.31-32)

Se para Anjos (2003), quando pelo menos –um dos membros ativos‖ de uma família, estiver ocupado com atividade não-agrícola, esta pode ser classificada como –família pluriativall. O conceito de pluriatividade apresentado por Niederle (2007) vem ajudar na argumentação sobre as famílias pluriativas, porque segundo este a pluriatividade,

[...] emerge junto a um amplo e multifacetado processo de mercantilização da vida econômica e social no meio rural, o qual foi responsável por estabelecer vínculos mais estreitos e diretivos entre agricultores e mercados, mas também possibilitou a emergência de novas alternativas de reprodução econômica, social e cultural. (NIEDERLE, 2007, p.21)

Não distante destes conceitos Mattei (2005), coloca que os debates sobre pluriatividade se intensificaram, após a década de 1980, onde o sucesso da chamada –Revolução Verde‖ trouxe uma superprodução agrícola nos EUA e Europa. Mas Mattei (2005) também lembra que muito ainda precisa ser debatido sobre o termo pluriatividade, pois segundo ele, para ser melhor compreendido, o termo pluriatividade, é necessário analisar o interior das relações sociais das unidades de produção.

Esta análise vem ao encontro de Schneider (2005), pois ele também diz que as dificuldades econômicas dentro dos estabelecimentos agropecuários é o fator de maior relevância a induzir um dos membros ou a família, a exercer novas formas de renda fora dos estabelecimentos. Ainda segundo Mattei (2005), isto é uma forma de adaptação ao novo modelo no setor agrário às transformações macroeconômicas, alterando assim o perfil da agricultura e consequentemente das famílias rurais.

Porém Schneider (2005) trás uma preocupação, e coloca que é necessário que os pensadores ou autores que queiram opinar ou conceituar sobre este tema, devem ter o cuidado de não ficar com uma –falsa ideia‖ quanto ao meio rural ficar somente vinculado ou ser um –sinônimo de agriculturall. E isto fica mais claro quando observa que a

[...] –nova‖ ruralidade brasileira relacionada às transformações ocupacionais acabou produzindo determinadas interpretações equivocadas. A primeira e mais forte delas está relacionada ao fato de que ao voltar sua atenção à dinâmica das atividades não-agrícolas, alguns pesquisadores acabaram não enfatizando que o crescimento das ocupações não-

agrícolas no meio rural não implicaria, inexoravelmente, no desaparecimento ou na diminuição da importância da agricultura e da pecuária como atividades produtoras de fibras e alimentos para o consumo humano. A ênfase exacerbada ao crescimento das ocupações não-agrícolas e à pluriatividade, acabou dando margem para que os críticos do projeto Rurbano passassem a argumentar que seus pesquisadores estariam preconizando o fim da agricultura e a emergência de um –novo rural essencialmente não-agrícola. Embora divulgadas e utilizadas como críticas fundamentadas, estas interpretações estão, obviamente, equivocadas tanto pelo exagero como pela inconsistência. (SCHNEIDER, 2005, P. 3)

Outro ponto relevante é com relação a atividade não-agrícola. Para Cândida et all (2010, p.113), –a agropecuária moderna e a agricultura de subsistência dividem espaço com um conjunto de atividades ligadas ao lazer, prestação de serviços e até à indústria, reduzindo, cada vez mais, os limites entre o rural e o urbano no País. Estas atividades citadas por Cândida et all (2010), são denominadas de atividades não agrícolas. Aqui cabe observar o que dizem Schneider e Conterato (2005, p.25)

Não obstante a importância do crescimento das atividades não-agrícolas e a difusão do fenômeno da pluriatividade, o trabalho também chama a atenção para necessidade dos analistas não caírem em um dedutivismo analítico, pois nem sempre o aumento das ocupações em atividades não-agrícolas gera famílias pluriativas. Neste sentido, sugere-se tomar cuidado para não confundir o que é próprio e específico das mudanças nos mercados de trabalho, notadamente a ampliação das ocupações não-agrícolas, do fenômeno da pluriatividade, que somente ocorre em situações em que a família e seus membros constituintes decidem manter uma dupla inserção ocupacional, combinando o exercício de atividades agrícolas com outras ocupações não-agrícolas.

Aqui os autores concordam na existência do aumento entre as atividades não-agrícolas nos estabelecimentos agropecuários, porém, fazem um alerta importante para a não generalização do termo, sendo que nem todas as mudanças de atividades são pluriatividades.

CAPÍTULO 2 – CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CARAÁ

O Município de Caraá originou-se de Santo Antônio da Patrulha, sendo emancipado em 28 de dezembro de 1995, através da Lei Estadual nº 10.641. A origem de seu nome vem de uma planta (taquara caraá), usada para ornamentações pelos índios, seus primeiros habitantes. O povoamento do território, hoje, pertencente ao município, começou com luso-açorianos, e mais tarde com a chegada dos imigrantes Europeus, através de incentivos do Governo Federal.

O município está localizado no litoral norte do Estado do Rio Grande do Sul, a 81 km da capital do RS, Porto Alegre, tendo como municípios limitantes (Figura 1) Osório a Leste, Santo Antônio da Patrulha a Sul, Riozinho a Oeste e Maquiné a Norte. Sua extensão territorial, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE (Censo Demográfico 2010, IBGE) são de 294,323 Km².



Figura 1 - Mapa de Caraá e municípios limitantes

Fonte: Prefeitura Municipal de Caraá, RS

Embora emancipado há mais de 17 anos, Caraá ainda possui uma vegetação exuberante e nativa em sua maioria. Pertencente a área da Serra Geral e da Mata Atlântica, possui um relevo bastante acidentado, com vales e montanhas se intercalando, formando um rico ecossistema. Possui formação rochosa basáltica em suas encostas e nas planícies um solo propício ao uso da

agropecuária. Porém, já existem abusos quanto ao uso indevido de suas Áreas de Preservação Permanente (APPs).

Com a finalidade de preservar toda esta riqueza natural, foi criada no município uma Área de Preservação Ambiental (APA). A área ocupa perto de 30% da área total do município, ou seja, aproximadamente 88 Km² de extensão. Dentro desta área encontra-se uma Aldeia de índios Mbyá Guarani e a nascente do Rio dos Sinos, um dos principais fornecedores de água para as cidades de suas margens e região.

Para compreender melhor o município de Caraá, principalmente no que se refere ao setor da agropecuária, é necessário apresentar dados do Censo Demográfico 2010 e Censo Agropecuário 2006, ambos do IBGE.

No município de Caraá, segundo o Censo Demográfico (2010) existem 7.312 habitantes, destes 6.254 habitam no meio rural. Com o Censo Agropecuário (2006), podemos observar ainda que estes habitantes estão residindo em 1.493 estabelecimentos agropecuários, o que dá uma média de 2,38 habitantes por estabelecimento.

Com relação ao tamanho dos estabelecimentos, o Censo Agropecuário (2006), apresenta informações que torna possível mensurar a área das propriedades de Caraá. Dos 1.493 estabelecimentos agropecuários existentes, 1.183 se encontram na faixa com área entre 1 ha e menos de 20 ha. Esse número representa 79,23% dos estabelecimentos agropecuários. Deste total de 1.183 estabelecimentos rurais, 962 estão no grupo dos que declararam não ter concluído o Ensino Fundamental, indicando um nível de instrução baixo para sua maioria.

Na geração de renda, um fato importante no município, segundo o Censo Agropecuário 2006, é que 838 estabelecimentos agropecuários declaram ter obtido outras receitas que não as agropecuárias, ou seja, 51,12% dos 1.493 estabelecimentos agropecuários declarados no Município. Deste universo 27,86% obtiveram rendas oriundas de aposentadorias ou pensões, outros 3,68% obtiveram rendas vindas de doações ou ajudas voluntárias de amigos e 4,15% de programas especiais do governo em suas três esferas e, salários recebidos de atividades fora do estabelecimento agropecuário foram de 20,36%. Como podemos observar mais de 56,05% dos estabelecimentos agropecuários de Caraá declaram complementar a renda, com atividades não-agrícolas.

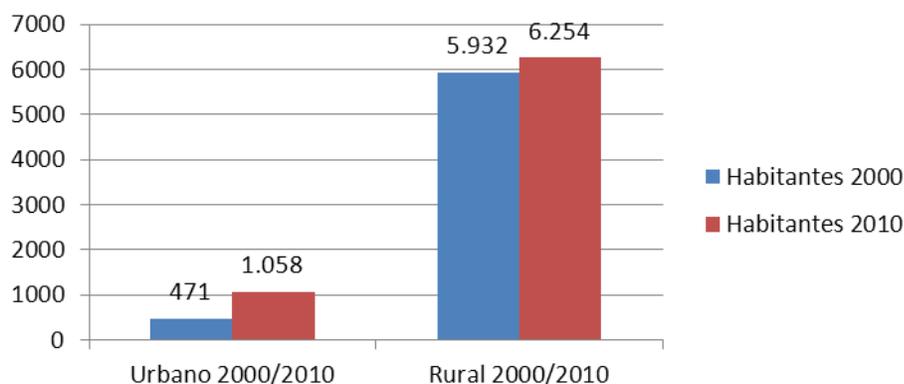
Outro dado do Censo Agropecuário 2006, é que 1.214 (81,31%) dos 1.493 estabelecimentos agropecuários existentes no município, declaram terem obtido receita advinda

da propriedade. E os produtos de maior expressão nesta renda são: os vegetais com 41,05% e os animais e seus produtos 34,50%, sendo os 24,45% restantes divididos entre: produtos da agroindústria 1,80%, prestação de serviço de beneficiamento e/ou transformação de produtos agropecuários para terceiros 0,33%, prestação de serviço para empresas integradoras 0,13%, esterco, exploração mineral e outras atividades não-agrícolas realizadas no estabelecimento (artesanato, tecelagem, etc.) com 0,06% cada.

Um fato interessante revelado no Censo Agropecuário 2006, são que tanto as rendas obtidas por atividades não-agropecuárias, como as atividades agropecuárias, advém de produtores na faixa etária de 35 a mais de 65 anos.

O comportamento da população (gráfico 1) do município segundo Censo Demográfico 2000 do IBGE, mostra que havia 6.403 habitantes, destes 471 residiam no meio urbano e 5.932 no meio rural. Já no Censo Demográfico 2010 do IBGE, o número de habitantes era de 7.312 habitantes, sendo 1.058 do meio urbano e 6.254 do meio rural.

Gráfico 1 - População Urbana e Rural do município de Caraá, IBGE 2000 e 2010.

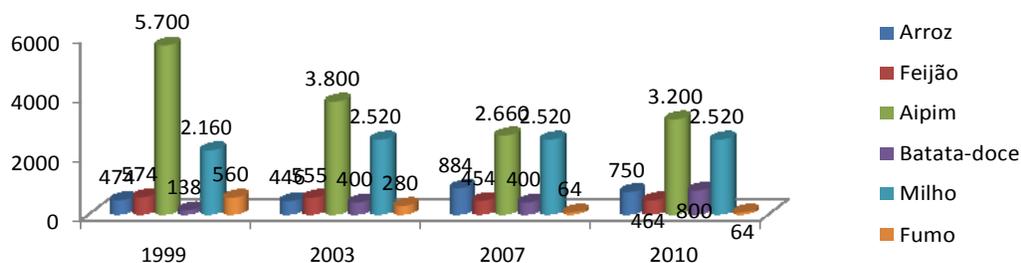


Fonte: IBGE

Como mostra o gráfico 1, houve um crescimento na população urbana de 125% dentro do período de 10 anos, e apenas 5,44% na população rural. Ainda assim, 85,53% da população é rural, demonstrando que após 15 de emancipação, não perdeu status de município rural.

Seguindo a linha de município rural, observa-se que a produção agrícola no período de 1999 a 2010, teve como destaque 6 produtos, conforme mostra o gráfico 2.

Gráfico 2 - Principais cultivos agrícolas do município de Caraá, FEEDADOS 1999, 2003, 2007 e 2010.



Fonte: FEEDADOS

Ao analisar o gráfico 2, nota-se que a cultura do fumo foi a que teve a maior queda na quantidade colhida, caindo de 560 t em 1999, para somente 64 t em 2010. Outro cultivo que teve uma queda foi o aipim que saiu das 5.700 t para 3.200 t. Já o feijão e o milho se mantiveram com pequenas variações. Porém, os dois cultivos que apresentaram um crescimento significativo foram: o arroz que saiu das 474 t para 750 t e a batata-doce de 138 t para 800 t.

Outro setor que tem destaque é a criação de bovinos. Em 1999 o rebanho contava com 6,300 cabeças, em 2010 atingiu as 10.450 cabeças, gerando um crescimento de 65.89% no período analisado.

Existem ainda outras atividades econômicas, porém com menor expressão, dentre elas destaca-se a extração de mel de abelhas, criação de galinhas, coelhos, frangos de corte, ovinos, suínos, plantio de eucaliptos e acácia-negra, banana, uvas, além dos hortifrutigranjeiros. Todos estes produtos são destinados ao autoconsumo e venda dos excedentes para compor a renda da família.

Um fato que demonstra a importância da agricultura para o município é a Festa do Feijão, realizada todo ano, no mês de março na localidade de Colônia Fraga, maior produtora do município. Nesta oportunidade, além dos pratos típicos oferecidos aos visitantes, é realizada a venda de produtos advindos dos estabelecimentos agropecuários da localidade.

No município, além da atividade agropecuária, existem atividades ligadas a serviços, comércio e indústrias. Com base nos dados da Fundação de Economia e Estatística-FEE/RS, dos

anos de 2006 e 2010 é possível, a partir de uma breve análise comparativa, ver que as atividades não-agrícolas vem contribuindo na formação da renda e geração de empregos no município. Em 2006 eram 137 empresas, ocupando 935 pessoas, com média salarial de 1,6 salários mínimos, já em 2010, este número passou para 173 empresas, ocupando 1.041 pessoas, porém, a média salarial caiu para 1,4 salários mínimos.

Dentre estas empresas, o setor calçadista é o que mais se destaca na contratação de pessoas. A indústria do calçado teve início no município antes de sua emancipação, com a instalação de uma filial da Musa Calçados S.A, na década de 1980. Sendo esta, a única fábrica de calçados do município após sua emancipação, concentrou um grande número de pessoas, tanto em empregos diretos, dentro da unidade, quanto na prestação de serviços, terceirizados. Tendo, uma importância significativa na arrecadação tributária do município. Os serviços terceirizados eram em sua maioria realizados nas residências de agricultores, pelo gênero feminino. O trabalho realizado era de lixamento de fivelas, costuras manuais simples, transas em couro e serviços manuais em geral.

Porém, logo nos primeiros anos da emancipação do município, a fábrica cessou suas atividades, demitindo todos os seus funcionários e encerrando inclusive os serviços terceirizados. Todo este episódio só não foi trágico para seus trabalhadores, em sua maioria agricultores e ex-agricultores, devido à união de alguns dos ex-funcionários, que iniciaram dentro do espaço físico da antiga fábrica, pequenos ateliês calçadistas, absorvendo a maioria desta força de trabalho.

Outro fato que amenizou a situação foi que mesmo trabalhando durante a semana na fábrica, nos finais de semana e tempos livres, um bom número de pessoas ainda continuavam cultivando e criando alguns animais em seus estabelecimentos, para ajudar nas despesas e aumentar sua renda e melhorar sua qualidade de vida.

Todo processo de instalação e reorganização dos ateliês foi possível, devido ao apoio do poder público local, que deu suporte físico e fiscal aos novos empresários, evitando assim, uma evasão de recursos do município. Esta política amenizou as dificuldades financeiras de um grande número de munícipes. Com esta iniciativa de união e esforço de todos, hoje o município conta com 17 fábricas de acabamento e 19 ateliês de calçado, registrados junto ao setor administrativa da Prefeitura de Caraá.

Ainda segundo, Estatística FEE, o PIB do município mudou bastante, transferindo suas riquezas de uns setores para outros. Realizando um comparativo dos anos de 1999, 2003, 2007 e 2010, pode-se ter uma visão mais clara destas transferências.

Tabela 1 – Produção Agropecuária e PIB do município de Caraá

Produção Agropecuária e PIB do município de Caraá				
	1999	2003	2007	2010
Agropecuária	4.763	6.995	6.992	10.419
Indústria	1.266	3.055	4.604	6.553
Serviços	8.902	14.371	21.566	33.032
PIB	15.219	25.268	34.357	51.333
PIB Per capita	0	0	0	7.019,43

Fonte: FEEDADOS

Como se observa na tabela 1, em 1999 a agropecuária era responsável por 31,29% do PIB, a indústria por 8,32% e os serviços por 58,49%. Como o crescimento populacional se concentrou no meio urbano, veio a mudança na produção das riquezas ao longo dos anos. Sendo assim, em 2010 o setor agropecuário caiu para 20,3% do PIB, o setor industrial caiu ainda mais, ficando em 1,07%. O único setor que cresceu, foi o de serviços, chegando aos 64,34%.

Outra atividade econômica que começa a ser fomentada no município é o turismo. Com potencial turístico baseado nas riquezas naturais, Caraá possui a cascata da Nascente do Rio dos Sinos e a da Vila Nova, além de locais para lazer, como Camping Praia João Fernandes, Camping Pissone, Estância dos Coqueiros, Pousada das Camélias Brancas e ainda o santuário de Nossa Senhora das Lagrimas, padroeira do município.

O turismo vem se consolidando como uma alternativa de renda no município, embora de forma desordenada. Ocorre principalmente nos finais de semana, feriados e nas estações quentes (primavera e verão), atraídos pelo grande manancial hídrico do município, com seus rios e córregos, para banho e pesca amadora.

CAPÍTULO 3 – COMPARATIVO ENTRE OS DADOS DE PLURIATIVIDADE DO BRASIL, RIO GRANDE DO SUL E CARAÁ

Neste capítulo traz uma análise de dados quanto ao número de estabelecimentos agropecuários do Brasil, do Rio Grande do sul (RS) e do Caraá. Também aborda o total de estabelecimentos agropecuária onde seu produtor/gestor ou outro membro de sua família exerce alguma atividade remunerada fora. E, por fim, descreve o gênero e grau de instrução dos gestores que declararam exercer atividades remuneradas fora de seus estabelecimentos agropecuários.

A tabela 2 mostra o número de estabelecimentos agropecuários do Brasil, RS e do Caraá, onde o produtor declarou ter alguma atividade fora de seu estabelecimento.

Tabela 2 – Número de estabelecimentos, onde pessoas exercem atividade fora do estabelecimento agropecuário no Brasil, RS e Caraá

Tipo de atividade	Gênero	Estabelecimentos N°		
		Brasil N° 5.175.636	Rio Grande do Sul N° 441.472	Caraá N° 1.493
Agropecuária	Homem	637.040	38.781	54
	Mulher	49.626	1.981	03
Não- Agropecuária	Homem	662.423	54.002	233
	Mulher	83.217	5.366	12
Agropecuária e Não- Agropecuária	Homem	43.657	2.187	01
	Mulher	3.435	125	00
	Total	1.479.416	102.442	303

Fonte: Censo Agropecuário (2006).

Segundo o Censo Agropecuário 2006, existem no Brasil 5.175.636 estabelecimentos agropecuários e, destes 1.479.416 declararam exercer atividade fora dos seus estabelecimentos, este total se divide em 1.343.138 homens e, 136.278 mulheres. Quanto a atividade exercida por estes 1.479.416 produtores, observa-se que 43,07% dos homens e, somente 3,35% das mulheres declaram exercer atividades agropecuárias fora de seus estabelecimentos.

A tabela 2 também revela que outros 44,77% dos homens e 5,62% das mulheres exercem atividades não-agropecuárias. O restante 3,19% de produtores declararam exercer ambas as atividades fora do seu estabelecimento, ou seja, 2,95 % homens e 0,23% mulheres. Destes 1.479.416 estabelecimentos do Brasil, 102.442, estão no Rio Grande do Sul, ou seja, 6,92% do total que declarou exercer atividade fora.

Seguindo na linha de comparação entre homens e mulheres com relação a atividade exercida fora do estabelecimento agropecuário, os percentuais observados no Brasil continuam sem muitas mudanças no RS. Dos 102.442 estabelecimentos agropecuários do RS, 37,85% dos homens e 1,93% das mulheres exercem atividades agropecuárias. Ainda 52,72% dos homens e 5,24% das mulheres atividades não-agropecuárias e outros 2,25% dos produtores de ambos os gêneros, declararam exercerem os dois tipos de atividade fora do estabelecimento, ou seja, 2,13% dos homens e 0,12% das mulheres.

No município de Caraá existem 303 estabelecimentos cujo proprietário declarou exercer atividade fora. As atividades agropecuárias empregam 57 proprietários e as atividades não-agrícolas 246 proprietário. Ou seja, 81,18% dos proprietários destes estabelecimentos, estão ocupados em atividades não-agrícolas e apenas 18,82% permanecem na atividade agrícola.

Observa-se ainda na tabela 2 que o membro da família que declara exercer atividade fora do estabelecimento rural pertence, na sua grande maioria, 95,05% ao gênero masculino. Segundo o Censo Agropecuário 2006, o Caraá concentra o maior número de gestores que declaram exercer atividade fora do estabelecimento na faixa etária entre 35 e menos de 55 anos. Este percentual chega a 54,70%.

É importante destacar que o número de estabelecimentos onde o gênero feminino é o titular e exercer atividade fora do estabelecimento chega a 5,6% no Caraá. Este percentual não sofre grandes alterações relevantes se comparado aos 9,21% do Brasil e os 7,29% do RS. Com este dado é possível afirmar que o gênero feminino pode estar se ocupando de atividades internas no estabelecimento. Mas dado ao caráter geral das informações do Censo agropecuário não é possível identificar quais as atividades exercidas pelo gênero feminino dentro do estabelecimento agropecuário.

Diferentemente da tabela 2, onde, são apresentados os dados em que o gestor é quem exerce atividade fora do estabelecimento, à tabela 3 mostra dados onde pelo menos um dos

membros exerce atividade fora. Esta tabela trabalha com as mesmas variáveis da tabela 2, porém considera todos os membros da família exceto o gestor.

Tabela 3 - Estabelecimentos onde houve atividade não-agrícola remunerada do Brasil, RS e Caraá

Tipo de atividade	Gênero	Estabelecimento		
		Brasil Nº 5.175.636	Rio Grande do Sul Nº 441.472	Caraá Nº 1.493
Agropecuária	Homens	325.583	18.580	12
	Mulheres	76.057	2.897	01
Não-agropecuária	Homens	585.627	56.368	370
	Mulheres	95.730	7.667	22
Agropecuária e Não-agropecuária	Homens	29.906	1.244	00
	Mulheres	6.486	185	00
	Total	1.130.689	84.083	405

Fonte: Censo Agropecuário (2006).

Dos 5.175.636 estabelecimentos agropecuários existentes no Brasil, em 1.130.689 deles, pelo menos, um membro declarou ter exercido uma atividade remunerada no ano de 2006, isto equivale a 21,84% dos estabelecimentos.

Realizando um olhar mais detalhado na tabela 3, pode-se ver que deste total, 92,56% são homens e 7,44% são mulheres. Estes estão assim subdivididos: atividades agropecuárias 28,79% homens e 6,72% mulheres; atividades não-agropecuária, são mais 51,79% homens e 8,47% mulheres e exercendo ambas atividades 2,64% homens e 0,57% mulheres. Com uma análise detalhada, podemos observar que no Brasil os homens são os que mais saem para exercer atividades remuneradas fora dos estabelecimentos agropecuários, pois eles representam 20,22%, enquanto as mulheres 1,62% do total brasileiro.

No RS, 84.083 declararam ter exercido alguma atividade remunerada, e deste total, 22,09% são homens e 3,44% mulheres e declaram ter exercido atividades agropecuárias, fora do estabelecimento. Nas atividades não-agropecuárias 67,03% são homens e 9,11% mulheres. O restante, 1,75% de ambos os gêneros, declararam ter exercido atividades agropecuária e não-agropecuárias.

No Caraá, 405 estabelecimentos agropecuários declararam que um de seus membros exerce atividade fora do estabelecimento, destes 3,2%, ou seja, 13 estabelecimentos possuem um de seus membros ocupado na atividade agropecuária. Do outro lado estão 96,8% dos estabelecimentos, exercendo atividades fora, mas a ocupação se dá nas atividades não-agropecuárias. Os membros dos estabelecimentos que exerce alguma atividade fora estão concentrados na faixa etária entre os 35 e menos de 55 anos.

Mais uma vez pode-se notar, segundo as informações da tabela 3, a predominância do gênero masculino nas atividades fora do estabelecimento agropecuário, chegando aos 94,33%, em oposição ao gênero feminino. A contribuição das mulheres no trabalho fora do estabelecimento rural é pouco expressiva, pois apenas 5,67% delas, ou seja, 23 mulheres declaram trabalhar fora. Fato também identificado nos dados da tabela 2.

A tabela 4 apresenta as variáveis, gênero e nível de instrução. A partir dela pode-se ter algumas observações quanto ao gênero predominante na direção dos estabelecimentos agropecuários e ainda o baixo nível de instrução de sua grande maioria. Fato que acontece no Brasil, no RS e no Caraá.

Tabela 4 – Número de estabelecimentos agropecuários em que o produtor declarou ter atividade fora do estabelecimento por gênero e nível de instrução no Brasil, RS e Caraá

Gênero da pessoa que dirige o estabelecimento	Nível de instrução da pessoa que dirige o estabelecimento	Estabelecimento		
		Brasil Nº 5.175.636	Rio Grande do Sul Nº 441.472	Caraá Nº 1.493
Homens	Alfabetização de Adultos	238.948	5.138	13
	Ensino Fundamental Incompleto	1.946.740	287.964	1154
	Ensino Fundamental	390.463	39.254	60
	Ensino Médio e ou Técnico Agrícola	291.405	30.489	34
	Formação Superior	126.665	12.463	11
	Nenhum, mas sabe ler e escrever	418.157	9.738	42
	Não sabe ler e escrever	1.064.923	15.589	98
Mulheres	Alfabetização de Adultos	36.367	848	00
	Ensino Fundamental Incompleto	245.287	27.212	58

	Ensino Fundamental	46.118	3.413	07
	Ensino Médio e ou Técnico Agrícola	45.989	3.011	07
	Formação superior	18.969	1.746	01
	Nenhum, mas sabe ler e escrever	60.350	1.506	01
	Não sabe ler e escrever	203.175	3.101	07

Fonte: Censo Agropecuário (2006).

A tabela 4 revela dados preocupantes, pois se comparar o nível de instrução dos dirigentes dos estabelecimentos agropecuários do Brasil, observar-se que a maior parte 42,35% não concluiu o Ensino Fundamental, e 9,24% declararam saber ler e escrever, e mais preocupante, aparecem 24,50% que não sabem ler nem escrever. E somente 9,33% têm Ensino Médio ou Superior e outros 8,43% Ensino Fundamental. Cabe ainda registrar que 5,31% cursaram Alfabetização de Adultos.

No RS, a situação quanto ao nível de instrução dos dirigentes dos estabelecimentos agropecuários não sofre grandes alterações, se comparado ao Brasil. Observa-se que somente 16,87% tem Ensino Médio ou superior, outros 9,66% Ensino Fundamental, ainda 2,55% declaram saber ler e escrever e cursado Alfabetização de Adultos, outros 1,35%.

Quanto ao nível de instrução, o RS tem índices melhores que o Brasil. Com relação à alfabetização, no RS 4,23% declaram não saber ler nem escrever. Este índice, se comparado com o do Brasil que é de 24,50%, pode representar uma gestão mais qualificada dos estabelecimentos agropecuários no Estado, porque um número significativo de gestores é alfabetizado. O Caraá tem índice de 7,03%, que o a próxima aos do Estado. Os índices do Estado e do município se comparado aos índices do Brasil, indicam uma melhor qualificação dos seus gestores.

Ainda no Estado temos 71,39% que declaram não ter concluído o Ensino Fundamental, e 9,66% que concluíram. Se somados estes índices resultam em 81,05% dos gestores dos estabelecimentos, possuem nível de instrução do Fundamental. Enquanto que a média brasileira é de 50,78% e Caraá de 85,66% dos estabelecimentos agropecuários. Estes dados continuam indicando avanço no nível de instrução dos gestores no Estado e município.

Observa-se também, na tabela 4, que a maioria dos estabelecimentos agropecuários de Caraá, é dirigido por pessoas do gênero masculino, isto é, 1.412 (94,57%) estabelecimentos e destes 81,73% possuem somente o Ensino Fundamental Incompleto, e 81 estabelecimentos rurais, ou seja 5,43% são dirigidos pelo gênero feminino e destes percentual 71,60% também se encontram sem concluir o Ensino Fundamental.

Outro dado apresentado na tabela são os 98 (6,56%) estabelecimentos agropecuários dirigidos pelo gênero masculino, que declararam não saber ler nem escrever. Podemos concluir que o grau de instrução entre os dirigentes dos estabelecimentos agropecuários é muito baixo, pois 1.373 dos 1.493 estabelecimentos agropecuários de Caraá, seus dirigentes declaram ser analfabetos ou não possuírem o Ensino Fundamental Completo. Esse grupo chega aos 91,96% neste nível de instrução. Se somar aos 4,49% que concluíram o Ensino Fundamental esse percentual se elevará para 96,46%, restando apenas 3,54% dos estabelecimentos rurais para serem geridos por pessoas com Ensino Médio, Técnico e Superior.

CAPÍTULO 4 – RESULTADOS E DISCUSSÕES

Este capítulo apresenta os resultados da pesquisa na localidade de Caraá Central, com os 10 agricultores selecionados conforme critérios descritos nos procedimentos metodológicos. Todas as entrevistas resultaram de uma visita com duração média de 2 horas cada uma. Cabe destacar que durante a aplicação do questionário, além das informações solicitadas foi possível obter mais informações que não estavam previstas no questionário, dentre elas o medo de comprometimento com as informações complicarem seus futuros processos de aposentadoria, principalmente quando se tratava de família com atividades fora do estabelecimento agrícola.

O anexo 1 expressa o número de pessoas residentes no estabelecimento agropecuário, a área total expressa em hectares (ha), o número de pessoas segundo o gênero, a atividade exercida de cada gênero e, quando não-agropecuária, qual sua contribuição na renda do estabelecimento com base no Salário Mínimo² Brasileiro em média. Já a tabela 5 traz a idade do entrevistado/gestor, e nível de instrução. Traz também o nível de instrução dos demais familiares, considerando o gênero.

A análise destes dados é apresentada em blocos, os quais estão organizados em 5 grupos: no primeiro o entrevistado; o segundo o estabelecimento rural; o terceiro a composição da família e a divisão social do trabalho e, o último; composição da renda.

4.1. A localidade de Caraá Central

Este capítulo apresenta uma caracterização da localidade em estudo e análise dos resultados da pesquisa de campo. A localidade de Caraá Central está situada há 5 km da sede do município Caraá (figura 1) e, tem como limites as localidades de Caraá Centro, Rio do Meio, Sanga Funda, Alto Caraá, Espigão do Caraá e Novidade.

² Salário mínimo Nacional Brasileiro para 2013 é de R\$678,00.

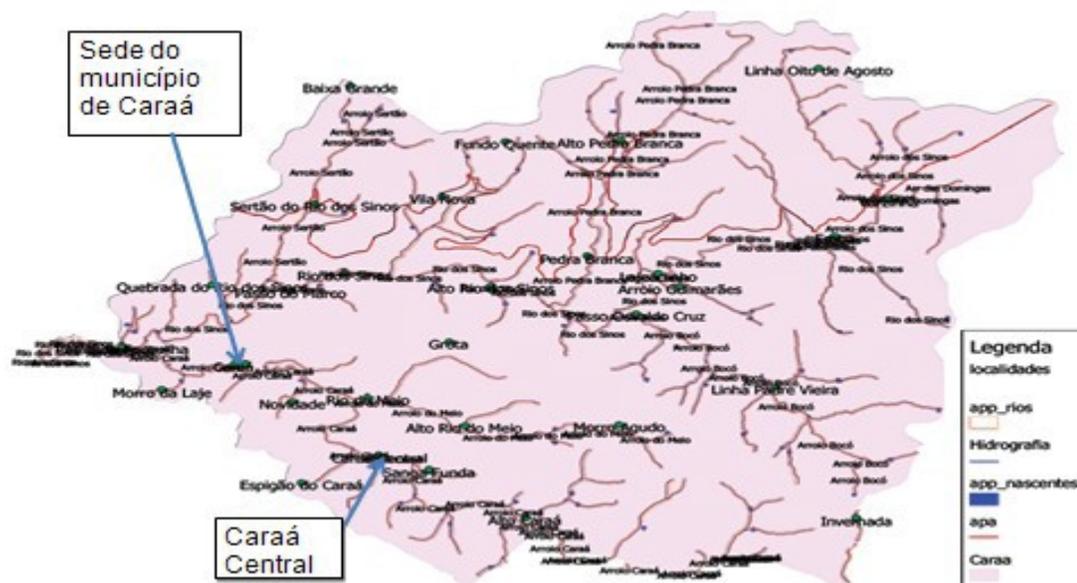


Figura 2 - Localização de Caraá Central dentro do município

Fonte: Prefeitura Municipal de Caraá

Esta localidade é formada por três etnias principais: a Italiana, a Alemã e a Luso-açoriana. A população local está organizada em 152 residências, cujas pessoas declaram exercerem alguma atividade agropecuária, porém, segundo a SAPC e EMATER (2012), apenas 50 destas residências declaram-se agricultores familiares. Ainda, segundo estes dois órgãos a área média dos estabelecimentos agropecuários da localidade é de 15 a 25 ha.

Segundo a EMATER, a principal fonte de renda é a agropecuária. Destacam-se os produtos: tabaco, eucalipto, cana-de-açúcar, batata-doce, feijão, milho, aipim e gado de corte. Além, destes principais, existe ainda, o cultivo para o autoconsumo, com verduras e legumes, frutas, criação de suínos, gado leiteiro, aves de corte e ovos, pequenos animais, produção de queijos, farinha de milho, doces e extração de mel de abelha.

4.2. Características dos entrevistados

Os 10 entrevistados possuem idade que varia de 44 a 78 anos (anexo1), sendo dois de 55 anos. Quatro destes já recebem aposentadoria rural. Com relação ao nível de escolaridade constata-se que cinco possuem a 5ª série, três a 4ª série, uma 3ª série e um o Ensino Fundamental (tabela 5).

Todos os entrevistados são do gênero masculino, e declaram-se gestores de seus estabelecimentos agropecuários. Uma característica é que todos declaram serem proprietários titulares de seus estabelecimentos agropecuários e que estes, já estão quitados e escriturados.

Suas etnias são variadas, tendo gestores de descendência Alemã, Italiana e Luso-açoriana.

Quanto às condições de trabalho, todos se declararam aptos às atividades no estabelecimento, porém com algumas restrições por já estarem com idade acima dos 50 anos. Mas de modo geral assumem poder realizar as tarefas cotidianas, não precisando com isto contratar mão-de-obra externa.

4.3. O estabelecimento rural

Os 10 estabelecimentos agropecuários que fazem parte da pesquisa têm como gestor, na sua totalidade o gênero masculino. Com relação ao tamanho dos estabelecimentos agropecuários, possuem área que varia de 3 a 52 ha (anexo 1), sendo que 5 dos 10 possuem de 11 a 18 ha, ou seja, 50% dos estabelecimentos agropecuários possuem área equivalente de meio a um módulo fiscal (INCRA, RS).

Com relação à produção, apenas um estabelecimento agropecuário declara produzir somente para seu autoconsumo, os demais produzem tanto para autoconsumo, como para comercialização. Os produtos destinados à comercialização são o Tabaco que aparece em 5 propriedades entrevistadas, além de bovinos de corte em três, batata doce, aipim e feijão em duas, milho e feijão em duas e mel em uma e eucalipto uma. Em média cada propriedade possuem três produtos cujo destino é a comercialização.

Os produtos destinados ao autoconsumo são: feijão, milho, batata doce, aipim, cana-de-açúcar, frutas e verduras, bovinos (carne e leite), suínos e aves, coelho, e mel. Um dos estabelecimentos rural declara cultivar aveia e ervilhaca, como suplementação animal e proteção de solo.

4.4. Composições da família

O perfil dos entrevistados segue o modelo convencional, tendo o pai (gênero masculino), a mãe (feminino) e filhos, e em duas, além destes, residem tios.

Na tabela 5 observa-se que as famílias são compostas de 4 a 8 membros, sendo 40% composta por 5 membros, 30% com 6 membros, 20% com 8 membros e 10% com 4 membros. Apenas 4 famílias das 10 entrevistadas, os filhos não residem no estabelecimento agropecuário, porque casaram, e por tanto, não contribuem na formação da renda do estabelecimento.

Tabela 5- Idade do gestor e grau de instrução das pessoas do estabelecimento agropecuário

Nome do gestor e idade (anos)	Nº de membros constitui a família	Ensino Fundamental Incompleto		Ensino Fundamental		Ensino médio/técnico agrícola		Formação Superior		Sabe ler e escrever		Não sabe ler e escrever	
		H*	M*	H*	M*	H*	M*	H*	M*	H*	M*	H*	M*
Família 01 44	5	1	0	0	0	1	1	0	1	0	0	1	0
Família 02 62	6	2	2	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0
Família 03 69	8	1	2	0	0	1	1	1	1	0	0	0	1
Família 04 55	5	1	1	0	0	1	2	0	0	0	0	0	0
Família 05 45	6	2	1	0	1	2	0	0	0	0	0	0	0
Família 06 65	6	1	2	0	0	0	1	0	2	0	0	0	0
Família 07 51	5	2	1	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0
Família 08 55	4	1	1	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0
Família 09 44	5	1	1		1								2
Família 10 78	10	1	2			1			6				

Fonte: Dados originados da pesquisa de campo (abril 2013).

Com relação ao nível de instrução na família 1 o gestor com 44 anos, possui Ensino Fundamental Incompleto, sua esposa 44anos, Ensino Superior. O filho 20 anos, Ensino Médio, a filha 15 anos, cursando o Ensino Médio e um bebê de três anos. Situação um pouco diferente da família 2, onde o gestor 62 anos, Ensino Fundamental, sua esposa 54 anos, 3ª série, dois de seus filhos, um com 31 e outro com 21anos, ambos apenas até a 7ª do Ensino Fundamental, uma filha 24 anos, com Ensino superior incompleto e a outra com 17 anos com superior em curso.

A família 3, seu gestor tem 69 anos, e um de seus filhos 42 anos, cursaram até a 5ª série, a esposa com 62 anos frequentou até a 4ª serie, a filha com 25 anos, possui Ensino Médio, outro filho com 29 anos, Superior completo e o último filho, 35 anos cursando curso superior.

Na família 4, tanto o gestor 55 anos, quanto a esposa 56 anos possuem apenas a 4ª série, já um filho 27 anos e a irmã (do gestor) 61 anos, o Ensino Médio, e outro filho 22 anos, Superior em curso.

Quanto à família 5, gestor com seus 44 anos, estudou apenas até a 4ª série e a sua esposa de 40 anos foi um pouco além, chegando a 5ª série, porém dois de seus filhos um 23 e outro 18 anos concluíram o Ensino Médio, outro filho 16 anos está concluindo o Ensino Médio, já o mais novo com 10 anos esta cursando a 5ª série do Ensino Fundamental.

O gestor da família 6, com 65 anos e a esposa 61 anos, tem até a 5ªsérie, já o irmão do gestor possui apenas 2ª série com 67anos, e as filhas uma 34 anos, superior completo e duas 29 e 21 anos Superior em curso.

Nas famílias 7 e 8 ambos os gestores 51 e 55 anos e esposas 49 e 60 anos tem até a 5ª série, já os filhos da família 7, uma esta cursando Ensino Superior aos seus 22 anos, outra 14 anos o Ensino Médio e 12 anos a 7ª série do Fundamental. Da família 8 a filha 25 anos com Ensino Superior e filho 22 anos, apenas Ensino Médio.

Aqui temos a família mais jovem das entrevistadas, a família 9 o seu gestor 44 anos e como a maioria 5ª série e sua esposa 34 anos 7ª ambos do Ensino Fundamental, uma filha 15 anos, cursando Ensino Médio, outra 5 anos a Educação Infantil e um bebê de apenas 1 ano. Por sua vez a família 10 é a que possui idade mais avançada seu gestor, com seus 78 ano e 3ª série e sua esposa 74 anos 5ª série do Ensino Fundamental, com Ensino Superior 6 filhas com idades de 53, 49 anos e duas duplas de gêmeas uma com 45 e a outra 37 anos, além de seus dois filhos, um 47 anos e 5ª série e o outro filho 40 anos e Ensino Médio.

Como podemos observar na tabela 5 maioria das famílias entrevistadas os filhos estão melhorando o nível de instrução, pois entre os 10 casais, (gestor e esposa) apenas uma mulher tem nível Superior. Já entre os filhos aparecem 9 (25%) com Ensino Superior e 7 (19,44%) com Superior Incompleto ou em curso e, ainda outros 8 (22,22%) com Ensino Médio completo e mais 4 (11,11%) cursando. Dos 8 (22,22%) filhos restantes, 6 (16,66%) frequentando regularmente o Ensino Fundamental e 2 (0,15%) bebês.

Podemos notar aqui, que embora, os pais admitam não terem tido a oportunidade de prosseguirem nos estudos, por falta de incentivo de seus próprios pais ou em alguns casos, impedidos de estudarem porque precisavam trabalhar (famílias 2, 5, 9 e 10), esforçaram-se para que seus filhos tivessem a oportunidade de adquirirem a instrução.

4.5. O trabalho e a divisão social do trabalho

O trabalho dentro do estabelecimento agropecuário, segundo a maioria dos entrevistados, é desenvolvido por todos os membros declarados residentes. Pois, mesmo os que desenvolvem atividades não-agropecuárias fora, em suas horas de folga e finais de semana, ajudam nestas atividades. Quanto à chefia dos trabalhos, é o gestor quem determina os afazeres do dia, e todos realizam as tarefas juntos. A única exceção são os afazeres domésticos. Estes são em sua maioria de responsabilidades da esposa e das filhas. Observa-se que existe uma divisão acentuada nas tarefas domésticas.

Dos 10 estabelecimentos entrevistados, em 7 deles existe divisão das atividades agropecuárias. Cabe normalmente ao gênero feminino à realização de tarefas como ordenha, fabricação do queijo, trato dos pequenos animais. Os cuidados com a horta e o preparo de pré-secagem e secagem do tabaco são feitos em conjunto. Em outros 3 estabelecimentos, o gênero feminino não realiza atividades agropecuárias.

Com relação aos filhos, em 3 estabelecimentos os do gênero masculino trabalha em atividades agropecuárias. E somente em 1 estabelecimento os filhos não ajudam nas atividades devido a pouca idade. Nos outros 6 estabelecimento, os filhos tralham fora em atividades não-agropecuárias.

Outro dado a ser considerado diz respeito ao casal exercer atividade fora da propriedade. Do grupo pesquisado, 5 pessoas exercem atividade fora, destes 3 são gestor, 1 de pedreiro e carpinteiro, outro taxista e o terceiro de serviço de jardinagem. Das atividades exercidas fora pelas esposas, uma é diarista e a outra professora e esta esposa do taxista.

Exceto a atividade de professora, as demais atividades exercidas são flexíveis a horários, podendo ser exercidas em momentos de pouca atividade agropecuária ou entre picos de safra.

4.6. Composição da renda

Na localidade de Caraá Central, segundo o estudo realizado em 10 estabelecimentos agropecuários, os principais geradores de renda são as atividades agropecuárias, aposentadorias rurais e atividades não-agropecuárias, realizadas fora do estabelecimento.

Como podemos observar na tabela 5, os gestores possuem acima de 44 anos de idade e destes 40% já estão aposentados, outros 30% exercem atividades remunerada fora do estabelecimento agropecuário. Entre as esposas, este percentual cai para 20% e, entre os filhos residentes no estabelecimento agropecuário, temos 27,77% exercendo atividades não-agropecuárias remuneradas fora do estabelecimento agropecuário, além da mãe de uns dos gestores.

Das 10 famílias, apenas uma o gestor ou outro membro de seu estabelecimento agropecuário não exercem atividade remunerada fora. Com isto, observa-se que os estabelecimentos agropecuários pesquisados não estão gerando renda suficiente para atender as necessidades da família, exigindo que ele ou outro membro busque complementar a renda com atividade fora.

E ainda, pode-se observar que em sua totalidade as atividades exercidas fora são do tipo não-agropecuárias. Estas atividades incrementam a renda da família em média com 2,6 salários mínimo ano. Outro fator que ajuda a compor a renda são as aposentadorias rurais. Segundo os dados coletados 6 famílias complementam a renda com este benefício.

A composição da renda dos entrevistados se dá pela comercialização: da produção agropecuária destinada a venda, das sobras da produção de autoconsumo, das aposentadorias e

rendas de atividades não-agropecuárias realizadas fora do estabelecimento agropecuário pelo gestor ou outro membro de sua família.

Tabela 6 - N° de aposentados, tipo de produção e atividade exercida fora do estabelecimento agropecuário

Família	N° de aposentados	Produto agrícola principal	Produto animal	Outros produtos	Atividade fora do estabelecimento
1	0	Batata-doce, aipim, milho e feijão	Bovinos de corte, vacas de cria, recria e leite	Não	Gestor: taxista Esposa: professora
2	1	Milho e feijão,	Bovinos de corte e vacas de cria, recria e leite	Batata-doce, cana-de-açúcar e aves	Filhos: mecânico e pedreiro, Filha: CIEE (auxiliar de sala de aula)
3	2	Tabaco, feijão, cana-de-açúcar	Bovinos de corte e leite	Batata-doce, aipim, milho, frutas	Filho: vendedor em agropecuária
4	1	Batata-doce, aipim, feijão	Aves, suínos, bovinos de corte e leite	Ovos, cana-de-açúcar, milho	Irmã: merendeira
5	0	Tabaco	bovinos de corte e leite, Aves, suínos	Milho, feijão, batata-doce, aipim	Esposa: diarista
6	3	Cana-de-açúcar, aipim, milho,	Bovinos de corte e leite	Batata-doce, feijão	Filhas: comércio e serviço público
7	0	Eucalipto	Bovinos de corte e leite, suínos, aves	Cana-de-açúcar, aipim, milho, feijão, batata-doce, frutas, queijo	Gestor: pedreiro
8	1	Tabaco	Bovinos de corte e leite	Milho, aipim, feijão, cana-de-açúcar, batata-doce	Filha: programadora computador, filho serviço público
9	0	Tabaco, milho	Bovinos de corte	Feijão, aipim, batata-doce, milho, cana-de-açúcar	Gestor: jardinagem, limpeza
10	2	Aipim	Bovinos de corte, mel de abelhas	Cana-de-açúcar, Feijão, milho	Não

Fonte: Dados originados da pesquisa de campo (abril 2013).

Como se observa na tabela 6, a maioria dos estabelecimentos agropecuários possui na sua produção alguns produtos destinados para a comercialização. Entre eles se destacam o tabaco, aipim, batata-doce, milho, feijão, cana-de-açúcar e eucalipto, além da criação extensiva de bovinos de corte e vacas de recria.

Um dos produtos destinados a venda, o tabaco, tem sua comercialização garantida com a venda direta a fumageira Souza Cruz S.A.. Neste acordo de comercialização os agricultores compram os pacotes tecnológicos da fumageira, e esta lhes garante a compra de toda a produção. Neste sistema, o valor dos insumos e demais produtos adquiridos da fumageira, são descontados dos agricultores, após o envio da produção.

Cabe destacar que a produção de tabaco aparece em 40% dos entrevistados e se constitui um importante gerador de renda, principalmente se comparado a outras culturas destinadas a venda. Isto é, 1ha de tabaco na comercialização tem uma renda bem superior a produtos como o milho, o feijão, a cana-de-açúcar e mesmo a criação de bovinos de corte ou vacas de recria.

Neste contexto, aparece ainda o plantio do eucalipto que é destinado à queima nas estufas de tabaco (lenha), usada como moirões na construção ou reparos e cercas de arame farpado, muito usado na divisória de estabelecimentos agropecuários, ou em divisórias internas. Outra parte é vendida como escoras para construção civil e ainda, em toras para beneficiamento em serrarias do município e regiões vizinhas.

O rebanho bovino tem destaque comercial para três dos entrevistados, pois os demais apenas realizam a criação de subsistência, ou seja, vacas para ordenha e aí usando o leite como alimentação familiar e em períodos de maior produção fabricação de peças de queijo para consumo e venda. Tendo ainda a criação dos chamados -bois de cangall, usados na tração de arados, caretas, discos, grades, araste de lenha e toras. Tanto as vacas quanto os -bois de cangall, quando necessário, são vendidos para geração de renda ou consumidos na alimentação.

A cana-de-açúcar é usada para alimentação do rebanho bovino, podendo ser ainda vendido a produtores de outras localidades ou mesmos de cidades vizinhas com o mesmo destino, trato de animais ou em confinamento ou de forma semiextensiva. Outro destino a cana-de-açúcar é a venda para fabricação de água ardente (popular -cachaça) ou fabricação de melado e açúcar mascavo.

Já a produção do milho é usada de duas formas: uma na geração de grãos para trato de animais, ou fabricação de farinha, a outra forma é quando o milho atinge o ponto de maturação chamado -milho lorol. Este milho é cortado por inteiro, triturado e estocado em silos, sejam de sacos ou em grandes túneis plásticos, chamado de silagem. Este produto é usado para alimentação dos animais no período de outono e inverno, épocas de escassez de pastagem nos campos. Neste caso. o milho pode ser vendido na roça a terceiros que realizam o mesmo

processo, mas o levam as seus estabelecimentos agropecuários. O milho em grão, na maioria dos estabelecimentos, é vendido para moendeiros da localidade e região, para a fabricação da farinha de milho, agregando maior valor ao produto.

Segundo os entrevistados, os produtos que mais vem crescendo em área cultivada na localidade é o aipim e a batata-doce. Estes dois cultivos tem seu aumento justificado pela grande procura dos atravessadores, que os compram e revendem a preços maiores, principalmente na região metropolitana de Porto Alegre e, na Central Estadual de Abastecimento-CEASA de Porto Alegre. Além, da alimentação escolar, dos mercados locais e do litoral norte do RS.

Na venda destes dois cultivos, o aipim vem se destacando no sistema venda direta, porém com crescimento lento, pois precisa vencer dois grandes obstáculos: um são os atravessadores que dominam o mercado a vários anos; o outro obstáculo é a necessidade de adequação a legislação sanitária, para a venda deste produto descascado. Isto consiste em descascá-lo antes da venda e, este processo só pode ser executado com o posterior congelamento para evitar a deterioração do produto e sua perda para consumo humano. Existe ainda a venda do aipim na forma in natura, mas o mercado é mais reduzido. Um exemplo é a alimentação escolar, que demanda o aipim descascado.

Quanto ao feijão, a parte destinada ao autoconsumo é quase que totalmente estocada em recipientes plásticos reaproveitáveis, os litros de refrigerante, e a parcela excedente é vendida direto ao consumidor final em pequena quantidade ou a atravessadores em grandes quantidades. Neste segundo caso, nos últimos anos, a secretaria de agricultura vem auxiliando na venda, reunindo o produto de vários estabelecimentos em uma única venda, agregando valor pela dispensa do atravessador.

Os demais produtos produzidos dentro dos estabelecimentos agropecuários são destinados em sua quase totalidade ao autoconsumo. Nestes produtos quando em períodos de picos de safra e, existindo sobras do autoconsumo, é destinada a alimentação dos animais, ou vendidos na vizinhança, parentes distantes que realizem visitas ocasionais e mesmo aos estranhos a casa, mas que tenham interesse no produto.

Outra situação, onde ocorre a venda dos produtos de autoconsumo é quando emerge a necessidade de aumento da renda, em situações de pagamento de dividendos, aquisição de algum bem considerado urgente ao estabelecimento ou mesmo em um sinistro.

Na composição da renda dos estabelecimentos agropecuários como demonstra a tabela 6, temos ainda a renda advinda das atividades remuneradas exercidas pelo gestor ou outro membros de sua família fora do estabelecimento. Neste grupo de pessoas, temos 3 gestores, 2 esposas, 9 filhos e 1 irmã, todos realizando alguma atividade remunerada fora do estabelecimento.

O gestor da família 1 admite ter atividade de taxista para complementar sua renda, pois segundo ele sobra tempo para eventuais corridas, que geralmente ocorrem no final do dia, ou finais de semana. Com isto, pouco influencia no tempo destinado a maioria das tarefas de seu estabelecimento agropecuário. Já sua esposa, exerce cargo público advindo de concurso, e, portanto no estabelecimento trabalha nos horários que não esta exercendo sua função de professora durante a semana e finais de semana. Suas atividades no estabelecimento se concentram nas atividades domésticas.

Na família 7, seu gestor trabalha nas épocas de entre safra e tempos de poucas atividades no estabelecimento como pedreiro na construção civil. O mesmo admite que esta remuneração ajude bastante no controle das finanças do estabelecimento, em períodos que os produtos agropecuários estão estagnados.

Destes gestores, o da família 9 é o que admite que sua atividade fora do estabelecimento tenha pouca influência na renda, porém sempre ajuda em momentos de necessidades financeiras, pois realiza jardinagem em sítios de alguns vizinhos.

Quanto à atividade dos filhos que residem nos estabelecimentos e exercem alguma atividade fora, os gestores e pais dos mesmos, em 50% das famílias admitem que seus filhos voltariam a trabalhar no estabelecimento, mas para isto, os órgãos públicos teriam que investir e melhorar a atual situação do meio rural.

Dos outros 50% restantes, 40% dos gestores declaram que seus filhos não voltariam ao estabelecimento para trabalharem mesmo que os órgãos públicos dessem melhores condições, pois eles acham as atividades mais penosas, com dedicação quase que total, ou seja, sem dias de descanso e ainda insegurança nos rendimentos. Pois, nas atividades fora tem salários mensais fixos. E 10% não exerce atividade fora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O principal objetivo deste estudo foi investigar a influência da pluriatividade na agricultura familiar de Caraá Central e a contribuição na renda total da propriedade. Após a sua realização pode-se fazer algumas considerações a cerca do fenômeno da pluriatividade.

A pluriatividade faz parte do cotidiano da maioria das famílias da localidade de Caraá Central e vem para agregar renda e, assim manter as famílias unidas, senão no trabalho diário do meio rural, ao menos juntas no estabelecimento agropecuário por parte do dia.

Considerando os dias atuais, onde as famílias estão cada dia tendo que sair para trabalhar, na maioria dos casos em locais distantes, a pluriatividade exercida entre as pessoas residentes nos estabelecimentos agropecuários, está mantendo pais e filhos unidos por um tempo maior, trazendo um convívio consideravelmente saudável à família em geral.

Outra consideração a ser feita é que essas famílias estão construindo novas alternativas de renda, melhorando a convivência e permanecendo no espaço rural, ou seja, tendo a pluriatividade como estratégia de aumento da renda familiar para proporcionar uma melhor qualidade de vida, sem precisar abandonar o espaço rural.

Outro aspecto importante a ser considerado é o fato que os estabelecimentos agropecuários estudados têm como gestor o homem e que o grau de instrução é o Ensino Fundamental Incompleto, ou seja, os gestores possuem 4 séries, apenas. A idade da maioria destes é elevada, passando dos 50 anos de vida, o que aponta para um envelhecimento destes gestores. Com relação às mulheres, as esposas dos gestores, em sua maioria não exercem atividade fora e o grau de instrução não é diferente de seus esposos, mantendo-se o Ensino fundamental Incompleto.

Observa-se também que os filhos estão buscando um mercado de trabalho fora do estabelecimento, deixando aos poucos as atividades agropecuárias. Constata-se que estas atividades exercitadas por estes jovens são todas urbanas, o que leva há algumas indagações: como fica a sucessão destes estabelecimentos? Será que esta experiência com atividades não-agrícolas influenciará na decisão pela permanência no meio rural? Ainda com relação aos jovens cabe destacar que todos estão frequentando a escola, inclusive o Ensino Superior, mas os cursos de nível médio e superior, não são direcionados a atividades agropecuárias.

Buscar respostas para estas indagações pode ser objeto de um próximo estudo, mas pode-se concluir que com as atividades não-agrícolas e as agrícolas as famílias de Caraá Central estão conseguindo se manter financeiramente.

E por fim, pensar o desenvolvimento rural, requer uma reflexão sobre o atual modo pelo qual vem sendo tratado o meio rural da localidade de Caraá Central. O desenvolvimento rural depende de políticas públicas voltadas à valorização das pessoas que lá vivem. É preciso uma educação de qualidade que respeite as particularidades locais, uma infraestrutura com estradas, água de qualidade, luz, saneamento básico, acesso as tecnologias produtivas economicamente sustentáveis e apoio técnico. Além disso, são necessárias políticas que incentive a população jovem a permanecer no meio rural, com condições dignas de vida, possibilitando assim a sucessão dos estabelecimentos.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo De volta para o futuro: mudanças recentes na agricultura familiar. Anais do I Seminário Nacional do Programa de Pesquisa em **Agricultura Familiar** da EMBRAPA – Petrolina, p. 17-27. 1997.

_____. Agricultura familiar e uso do solo. **Revista São Paulo em Perspectiva** -Abril/junho, vol.11, nº2:73-78. Acesso em 04 de maio de 2013. Disponível em: <http://issuu.com/ricardoabramovay/docs/agricultura_familiar_uso_do_solo/1#print>.

ANJOS, Flávio Sacco dos; **Pluriatividade e desenvolvimento rural no sul do Brasil**. Cadernos de Ciência e Tecnologia, Brasília, V.20, n.1,p.11-44, Janeiro/abril 2003.

CÂNDIDA, Ana Cláudia; BORGES, Adairlei A. da Silva & SANTOS, Helaine M.N.dos . **Novas Atividades Agrícolas e não Agrícolas no Município de Araguari-MG**. Disponível: <http://catolicaonline.com.br/revistadacatolica2/artigosv2n3/09-Geografia.pdf> Acesso em 27 de novembro de 2012.

CARMO, M.S.; SALLES, J.T.A. **Sistemas Familiares de Produção Agrícola**. Disponível em: <http://www.cria.org.br/gip/gipaf/itens/pub/sober> Acesso em 30 de novembro de 12.

CONTERATO, Marcelo Antônio. **A Pluriatividade No Rio Grande Do Sul: - Sober** Disponível: www.sober.org.br/palestra/2/643.pdf Acesso em 30de novembro de 12.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. 120 p. (Série Educação a Distância).

GRAZIANO, José da Silva. O que há de realmente novo no rural brasileiro. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, Brasília, v.19, n1, p37-67, jan./abr.2002.

_____. **OCUPAÇÕES RURAIS NÃO-AGRÍCOLAS**. Disponível em: www.iapar.br/arquivos/File/zip.../novo_rural_br.pdf Acesso em 30de novembro de 2012.

GUANZIROLI, Carlos Enrique– FAO. CARDIM, Silvia Elizabeth de C. S. **Novo Retrato da Agricultura Familiar.** comunidades.mda.gov.br/o/899430. Formato do arquivo: PDF/Adobe Acrobat. Disponível em: <http://www.INCRA.gov.br/fao/>. Acesso em 30 de novembro de 12.

Censo Demográfico 2010. IBGE, INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acesso em 12 de março de 2013.

Censo Agropecuário 2006. IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/> Acesso em 07 de abril de 2013.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Agricultura Camponesa e/ou Agricultura Familiar. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA, XIII., 2002, João Pessoa. **Anais do ENG...** João Pessoa: AGB, 2002.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômico Aplicada; **Pluriatividade e Plurirrendimentos nos Estabelecimentos Agropecuários do Brasil e das Regiões Sul e Nordeste.** Uma análise a partir do Censo Agropecuário 2006. Relatório de Pesquisa. Brasília 2012.

JUNQUEIRA, Clarissa Pereira; LIMA, Jandir Ferrera; **Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil.** Semina: Ciências Sociais e Humanas, Londrina, v. 29, n. 2, p. 159-176, jul./dez. 2008. Disponível em: www.redeagroecologia.cnptia.embrapa.br/biblioteca/

LEI 11326/06 de 24 de julho de 2006. **Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.** Presidência da República, Casa Civil: subchefia para assuntos jurídicos. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm. Acesso em 12 de janeiro de 2013

MATTEI, L. A relevância da família rural como unidade de análise nos estudos sobre pluriatividade e desenvolvimento rural. ANAIS DO XLIII ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL. Ribeirão Preto, 2005.

NASCIMENTO, C. A. . O caráter transitório da pluriatividade no Sul do Brasil e o autoconsumo como uma alternativa para a pluriatividade. In: XLIII CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 2005, Ribeirão Preto. ANAIS DO XLIII CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL SOBER, 2005.

_____. **Pluriatividade e política pública: o caso do Sul do Brasil.** Revista de Economia Política, vol. 27, nº 3 (107), p. 452-471, julho-setembro/2007.

NASCIMENTO, Fábio Rui Scalzo do. **Pluriatividade e incremento de renda nas famílias de assentamentos do Distrito Federal. 2012.** 209 f., il. Dissertação (Mestrado em Agronegócios)—Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

NIEDERLE, Paulo Andre; SCHNEIDER, Sergio. **A pluriatividade na agricultura familiar: estratégia diferencial de distintos estilos de agricultura.** UFRGS, Porto Alegre, RS, Brasil. Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/6/1033.pdf>. Acesso em 12 de março de 2013.

Resolução n.º 001/86 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), **Impacto Ambiental é “qualquer alteração das propriedades”.** Disponível em: www.rc.unesp.br/igce/aplicada/ead/estudos_ambientais/ea03.html Acessado em 27 de novembro de 2012.

SCHNEIDER, Sergio. **Colonos da indústria calçadista: Expansão industrial e as transformações da agricultura familiar no Rio Grande do Sul.** REVISTA ENSAIO FEE, Porto Alegre. V.17, n.1.p. 298-323,1996.

_____. A pluriatividade como estratégia de reprodução social da agricultura familiar no Sul do Brasil. ARTIGO APRESENTADO NO X CONGRESSO MUNDIAL DE SOCIOLOGIA RURAL, 30 julho a 05 de agosto de 2000, Rio de Janeiro e foi publicado na **Estudos Sociedade e Agricultura.** Rio de Janeiro: v.16, p.164 – 184, 2001.

_____. II Seminário sobre o Novo Rural Brasileiro. „**A dinâmica das atividades agrícolas e não-agrícolas no novo rural brasileiro: a fase III do Projeto Rurbano**”. Campinas 1 e 2 de outubro de 2001. Instituto de Economia-UNICAMP.

_____. **As novas formas sociais do trabalho no meio rural: a pluriatividade e as atividades rurais não-agrícolas**. Revista Redes, Santa Cruz do Sul, RS. V. 9, n.3, p. 75-109, 2005.

SCHNEIDER, Sergio; CONTERATO, Marcelo Antônio. **Transformações Agrárias, Tipos de Pluriatividade e Desenvolvimento Rural: considerações a partir do Brasil**. Buenos Aires, Ediciones CICCUS, 2006.

SOARES, Raquel Baraldi Ramos. **Introdução à avaliação de impactos ambientais**, da graduação do curso de Ecologia/Unesp - Rio Claro, 36 pg.

SOGLIO, Fábio Dal; KUBO, Rumi Regina. **Agricultura e sustentabilidade**. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. P. 75-96.

STOFFEL, Janete; **Agricultura familiar nos estados da região sul do Brasil**: caracterização a partir dos dados do censo agropecuário de 2006. Universidade de Santa Cruz do Sul, RS, Edital 01/2011. Disponível em: [http://www.fee.tche.br/sitefee/download/eeg/6/mesa15/Agricultura Familiar nos Estados da Região Sul do Brasil-Caracterizacao a partir do Censo Agropecuario de 2006.pdf](http://www.fee.tche.br/sitefee/download/eeg/6/mesa15/Agricultura_Familiar_nos_Estados_da_Regiao_Sul_do_Brasil-Caracterizacao_a_partir_do_Censo_Agropecuario_de_2006.pdf) Acesso em: 04 de maio de 2013.

TEDESCO, de JC. **Terceirização industrial no meio rural - Universidade de Passo Fundo**. Formato do arquivo: PDF/Adobe Acrobat. Disponível em: www.upf.com.br/cepeac/.../rev_n19_2002_art6.pdf – Acesso em 01-12-12 às 23h.

TAUK, Sâmia Maria. **ANÁLISE AMBIENTAL: Uma visão multidisciplinar**. Editora UNESP, 206 pág.

TINOCO, S.T.J. **Conceituação de agricultura familiar: uma revisão bibliográfica.** 2008. Artigo em Hypertexto. Disponível em: <http://www.infobibos.com/Artigos/2008_4/AgricFamiliar/index.htm>. Acesso em: 8/4/2013

WANDERLEY, M. de N. B. **Raízes históricas do campesinato brasileiro.** XX Encontro anual do ANPOCS. GT 17, processos sociais agrários. Caxambu/MG, outubro de 1996. Disponível em http://www.redereparte.org.br/arquivos/reparte07-08-2012_110532.pdf

_____. A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil. In.: ENCONTRO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL XXXVIII, 2000, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: SOBER, 2000.

APÊNDICE A

Entrevista de Pesquisa de Campo para o Trabalho de Conclusão de Curso – PLAGEDER

Aluno: Roberto Bühler

Data da entrevista: ___/___/2013

Esta entrevista esta relacionada ao Trabalho de Conclusão de Curso - TCC do curso Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural – PLAGEDER da UFRGS. Para tanto estão sendo realizadas entrevistas junto aos agricultores familiares de Caraá Central.

1- CARACTERÍSTICAS DO ENTREVISTADO

1.1 Entrevistado: _____

1.2 Idade: _____

1.3 Escolaridade: _____

2- INFORMAÇÕES SOBRE A UNIDADE DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA (UPA).

2.1 Nome do proprietário: _____

2.2 Tamanho da propriedade: _____

2.3 Produção principal: _____

2.4 Produz para autoconsumo () Não () Sim. O que? _____

3- DADOS SOBRE A COMPOSIÇÃO E TRABALHO DOS INTEGRANTES DA UPA:

3.1 Quantos membros constitui a família? () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 () mais de 5. _____

3.2 Quem são os membros que compõem a UPA:

Totalidade dos membros residentes na UPA: _____

() esposa; _____ anos; Escolaridade:

() marido; _____ anos; Escolaridade:

() vô (nono); _____ anos; Escolaridade:

() vó (nona); _____ anos; Escolaridade:

3.3 Possui filhos? () Não () Sim. Quantos? _____

Os filhos estudam? () Não () Sim

-F|| Feminino, —M| Masculino.

()Gênero; ()Idade; Escolaridade: ()Gênero; ()Idade; Escolaridade:

()Gênero; ()Idade; Escolaridade: ()Gênero; ()Idade; Escolaridade:

()Gênero; ()Idade; Escolaridade: ()Gênero; ()Idade; Escolaridade:

Demais membros se houver. Quem? _____

4- O TRABALHO ENTRE OS MEMBROS DAS FAMÍLIAS

5.4 Como é feito o trabalho na propriedade? _____

5.5 Quais as atividades desenvolvidas dentro da UPA? _____

5.6 Ocorre divisão do trabalho? ()Não () Sim. Como ocorre? _____

5.7 Quantos membros trabalham dentro da propriedade: _____

Quantos membros trabalham somente dentro da UPA: ()mulheres ()homens

Quantos membros trabalham somente fora da UPA: ()mulheres ()homens

Quantos membros trabalham dentro e fora da UPA: ()mulheres ()homens

4.5 Há membros da família que trabalham fora da propriedade? ()Não () Sim

Se sim: Quantos membros da família trabalham fora da UPA? _____

Onde trabalham? _____

Em que atividade trabalham? _____

Com que frequência trabalham? _____

Como ocorre? _____

Os que trabalham fora ajudam dentro da propriedade também? De que forma? _____

4.6 Quando desenvolve atividade não-agrícola, qual foi o motivo desta opção? _____

5- COMPOSIÇÃO DA RENDA FAMILIAR:

5.1 Como é composta a renda familiar da propriedade?

5.2 De que forma as atividade não-agrícola contribuem para a renda da propriedade?

5.2 Houve melhorias na renda dos membros da UPA, com esta as atividades realizadas fora da propriedade? Quais? _____

5.3 A renda da família é constituída por:

() Somente das atividades agrícolas dentro da UPA;

- Atividades Agrícolas principalmente e complementada por atividades não-agrícolas;
- Atividade não-agrícola principalmente e complementada por atividade agrícola.
- Atividade agrícola principalmente e complementada por aposentadoria rural e benefícios;
- Por aposentadoria rural e benefício principalmente, complementada por atividade agrícola.
- Outras. Qual? _____

5.4 O incremento da renda com a atividade não-agrícola foi de:

- Um a dois salários; dois a três salários.
- Três a quatro salários, Quatro ou mais salários.

5.5 Caso houvesse incentivos e apoio por parte do poder público, os membros com atividades não-agrícolas voltariam a trabalhar somente na UPA? Não Sim. Por que? _____

ANEXOS

Anexo 1 - Nº de pessoas e tamanho do estabelecimento agropecuário, além da divisão por gênero, atividade e renda de atividade não-agropecuária

Nº de pessoas residentes no estabelecimento rural	Área em Ha	Gênero		Ativ. agropecuária		Ativ. Não-agropecuária		Ativ. agropecuária Não-agropecuária		Renda não-agropecuária salários mínimos
		H*	M*	H*	M*	H*	M*	H*	M*	
5	52	2	3	1	2	1	0	0	1	1 a 2
5	11	2	3	1	1	0	1	1	1	4 a mais
4	25	2	2	2	1	0	0	0	1	2 a 3
3	18	2	1	1	1	1	0	0	0	2 a 3
6	14	1	5		5	0	0	1	0	1 a 2
5	5	3	2	1	2	0	0	2	0	4 a mais
5	23	3	2	2	1	1	0	0	1	1 a 2
4	15	2	2	1	1	0	1	1	0	2 a 3
3	3	2	1	2	0	0	0	0	1	1 a 2
4	15	2	2	1	3	0	0	0	0	4 a mais
Total	44	181	21	23	12	17	3	2	5	5

Fonte: Dados originados da pesquisa de campo (abril 2013).